



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**ACESSIBILIDADE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA
DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO PORTAL SCIELO**

Autores: Jakson de Sousa Silva¹, Joelbert Leal Luz Sousa², Marcus Santos de Sousa³.

¹*Graduando em Administração pela UFPI;*

²*Graduando em Administração pela UFPI;*

³*Professor da UFPI, mestre, orientador.*

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586a Silva, Jakson de Sousa.

Acessibilidade em órgãos públicos: uma revisão integrativa das pesquisas científicas publicadas no portal scielo / Jakson de Sousa Silva, Joelbert Leal Luz Sousa – 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (27f)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof. Me. Marcus Santos de Sousa

1. Acessibilidade-Órgãos Públicos. 2. Acessibilidade-Pesquisa Científica. 3. Acessibilidade-Artigos-Scielo. I.Sousa, Joelbert, Leal Luz. II. Título.

CDD 658



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.

Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

JAKSON DE SOUSA SILVA E JOELBERT LEAL LUZ SOUSA

Acessibilidade em Órgãos públicos: uma revisão integrativa das pesquisas científicas
publicadas no Portal *Scielo*

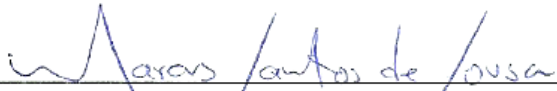
A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

Aprovado(a)


Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

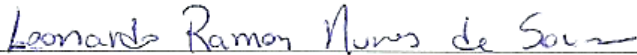
Picos (PI), 17 de fevereiro de 2017.



(Orientador – Marcus Santos de Sousa, mestre)



(Membro 1 – Gustavo Picanço Dias, mestre)



(Membro 2 – Leonardo Ramon Nunes de Sousa, mestre)

RESUMO

Vivenciamos um momento histórico em que os debates sociais estão ganhando espaço na sociedade, e um dos problemas que mais ganhou destaque no mundo moderno é o da acessibilidade para deficientes. Devido o tema abranger questões de âmbito social, o estudo trata-se de uma pesquisa que tem por objetivo analisar como se caracterizam as pesquisas científicas publicadas no Portal Scielo, que tratam do tema acessibilidade para pessoa com deficiência em órgãos públicos. O mesmo foi realizado através de uma revisão sistemática. O trabalho consiste em um estudo qualitativo, no qual a coleta de dados foi realizada através de um levantamento na base de dados do portal *Scientific Eletronic Library Online* – Scielo, no período de 08 a 09 de agosto de 2016, por meio dos descritores Acessibilidade, Órgãos públicos e deficientes. Posteriormente, teve-se a organização e categorização dos trabalhos em uma Matriz de Síntese, e o método de análise utilizado no presente estudo foi à análise estatística descritiva. Como resultado, tem-se que, grande parte dos estudos faz uma avaliação e apontam críticas à acessibilidade para deficientes, demonstrando a necessidade de mudanças nos espaços públicos a fim de atender por completo as necessidades da PCD.

Palavras-chave: Acessibilidade. Órgãos públicos. Revisão sistemática; Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

We are experiencing a historical moment in which social debates are gaining ground in society, and one of the problems that has gained more prominence in the modern world is that of accessibility for the disabled. Due to the topic of social issues, the study is a research that aims to analyze how the scientific research published in the Scielo Portal, which deal with accessibility for people with disabilities in public agencies, is characterized. The same was done through a systematic review. The work consists of a qualitative study, in which the data collection was carried out through a survey in the database of Scientific Eletronic Library Online - Scielo, from 08 to 09 August 2016, through the descriptors Accessibility, Public and disabled bodies. Subsequently, the organization and categorization of the work was done in a Synthesis Matrix, and the method of analysis used in the present study was to the descriptive statistical analysis. As a result, most of the studies are evaluating and criticizing accessibility for the disabled, demonstrating the need for changes in public spaces in order to fully meet the needs of the PCD.

Keywords: Accessibility. Public agencies. Systematic review; Disabled Person.

1. INTRODUÇÃO

Vivenciamos um momento histórico em que os debates sociais estão ganhando espaço na sociedade, e um dos problemas que mais ganhou destaque no mundo moderno é o da acessibilidade para deficientes. A acessibilidade, tanto para PCD quanto para qualquer outro indivíduo, é um direito essencial na busca por uma vida mais justa. De acordo com Ramos (2012), são os direitos que asseguram uma vida digna e amparam as pessoas para que tenham condições de existência adequadas, resultando assim em uma participação mais ativa de cada indivíduo na sociedade.

A acessibilidade para deficientes no Brasil e no Mundo é um assunto que vem ganhando espaço nos mais diversos setores da vida, e que há muitos anos vem sendo um assunto muito debatido devido sua abrangência. Amaral et al. (2012) afirmam que essa

realidade prevalecerá e deverá aumentar com o crescimento da expectativa de vida da população. O envelhecimento populacional somado a incapacidades originadas por acidentes de trânsito, casamentos entre pessoas consanguíneas, remédios, entre outros motivos, fez com que o número de pessoas com deficiência tivesse um aumento significativo, a ponto dos governos se utilizarem cada vez mais de métodos e ações voltadas para a acessibilidade para pessoa com deficiência (PCD).

Nota-se, que ao longo dos anos os governos tiveram um papel fundamental como intermediador entre os interesses comuns e a esfera pública no que se refere à promoção da acessibilidade para PCD, e para pessoas com necessidades especiais temporárias, isso com o objetivo de fortalecer e obter uma relação mais transparente entre a administração pública e a população com deficiência.

Assim, fez-se necessário um melhor entendimento acerca do foco da administração pública, assim sendo, chegou-se a duas teorias que tratam de princípios que contribuem à acessibilidade: A nova administração pública (NAP) e novo serviço público (NSP).

Segundo Denhardt (2015), a administração pública tem o foco em garantir uma igualdade social dos indivíduos nos mais diversos meios sociais. Dentro dessa perspectiva, encontra-se a acessibilidade para pessoa com deficiência (PCD) que é discutido no presente artigo. Para Gonzalez e Mattos (2016), “Acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares” com a finalidade de proporcionar a qualquer indivíduo o direito de ir e vir sem impedimentos ou barreiras em diversos ambientes.

Segundo o portal da Secretária Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2016), a acessibilidade de forma geral “é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Com base nessa alusão, nota-se que, sua importância para uma pessoa sem deficiência já é de grande valor, para uma PCD acaba sendo um fator indispensável para seu bem estar e inclusão no meio social.

O portal online da Revista Exame (2017) ressalta que, sua percepção na atualidade deixa a desejar, e muitas vezes o tema é tratado com negligência pelo poder público. Logo, um estudo dessa natureza é de suma importância já que o mesmo faz uma análise acerca do atual momento que atravessa a acessibilidade para PCD.

Contudo, uma das medidas possíveis para uma mudança social acerca da acessibilidade em órgãos públicos seria a conscientização da sociedade, respeitando e assegurando o direito de ir e vir das PCD, como afirma Vasconcelos e Pagliuca (2006), como cidadãos, é dever de todos contribuírem para a inclusão e melhoria das condições de vida das PCD na sociedade.

Por isso, acredita-se que o presente artigo tenha caráter de conscientização, logo, buscou-se na pesquisa de outros trabalhos científicos apresentar como vem sendo tratada a divulgação e avaliação da acessibilidade para PCD em órgãos públicos.

Com base nessa discussão, o objetivo geral do trabalho foi analisar como se caracterizam as pesquisas científicas publicadas no Portal Scielo, que tratam do tema acessibilidade para PCD em órgãos públicos. Para atingir tal objetivo fez-se um levantamento dos estudos sobre o tema através de uma revisão sistemática, e por meio da análise dos trabalhos encontrados, caracterizar a realidade compreendida da acessibilidade para deficientes nos espaços públicos.

Pretendeu-se assim, responder a questão de pesquisa que norteou o presente estudo: como se caracterizam as pesquisas científicas publicadas no Portal Scielo, que tratam do tema acessibilidade para PCD em órgãos públicos?

Dando sequência a este trabalho são apresentados a seguir: (a) fundamentação teórica dividida em três partes: Nova administração pública e novo serviço público; Acessibilidade

para pessoas com deficiência (PCD); e Acessibilidade para PCD em órgãos públicos, (b) Procedimentos metodológicos, (c) análise dos resultados e finaliza-se com as (d) considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Nova Administração Pública e Novo Serviço Público

Para a discussão da acessibilidade em órgãos públicos, torna-se indispensável trazer uma breve contextualização da administração pública e seus mecanismos de regulamentação que atuam na busca de meios que condicionam a vida da população em prol de uma equidade social. Assim sendo, optou-se pela caracterização da Nova Administração Pública e Novo Serviço Público, escolas dentro da teoria da administração pública.

Inicialmente procurou-se abordar NAP (Nova Administração Pública), e compreendeu-se que sua idealização se dá na melhoria e complementação da administração pública. Sua gestão tem como foco a eficiência econômica e na equidade social, diferentemente da antiga Administração Pública que enfatizava especialmente a eficiência. Além disso, tem-se a ênfase na participação de todos sem distinção nas operações públicas. Denhardt (2015) afirma que, com tal medida, os cidadãos passam a ter mais conhecimento a respeito dos assuntos dos órgãos públicos, e membros organizacionais de níveis inferiores passam a ter mais autonomia na tomada de decisão de seu departamento, tendo como resultado uma mudança e hierárquica e sociocultural.

Este novo conceito de gestão traz questões que circundam a sociedade até os dias atuais. Hoje em dia é comum nos depararmos com diversos movimentos sociais em prol de um grupo ou minorias excluídas pelo sistema dominante. A discussão sobre acessibilidade no Brasil e no mundo começa a aparecer entre as décadas de 1950 e 1960, mesmo período em que surge a NAP, o tema a partir de então começa a ter uma relação discreta com o setor público, pois, mesmo a nova gestão pública tendo a equidade como um dos princípios, nota-se que a primeira ferramenta jurídica é criada apenas na metade da década de 1980 através da lei nº 7.405 de 12 Novembro de 1985 (BRASIL, 2008), que trata da obrigatoriedade da colocação do símbolo internacional de acesso em locais públicos.

Por conseguinte, buscou-se a compreensão sobre o Novo Serviço Público (NSP), este que foi desenvolvido mais recentemente no intuito de humanizar as relações entre a administração pública e os cidadãos. Antigamente os cidadãos eram vistos como simples eleitores, clientes ou consumidores, sem nenhuma confiança, autoridade ou participação nos assuntos de domínio público, expondo o mínimo interesse da administração pública com os valores democráticos. Deste modo, Denhardt (p.261, 2015) afirma que, “o novo serviço público expressa [...] um renovado interesse pelos valores democráticos”. Assim, em sua concepção, o mesmo entende que os cidadãos são capazes de agir juntamente com o Estado na busca dos interesses comuns da sociedade, e que estes passam a ter seus interesses escutados e voz mais ativa na esfera pública.

É nesse momento que a acessibilidade para PCD começa a ganhar ênfase e espaço nos debates ao redor do mundo, como referencia também o portal do governo do Estado de São Paulo (2017) acerca desse crescimento. Sua evolução no Brasil se dá através da atualização da esfera pública e por movimentos que buscam uma sociedade mais justa. Assim sendo, o NSP surge como alternativa para melhorar a relação entre cidadão e governo inspirado na teoria política democrática. O NSP por enfatizar a democracia, está intimamente associado à

acessibilidade para PCD por implicar questões ligadas à garantia de direitos sociais e maior participação da sociedade em assuntos de domínio público.

Contudo, Denhardt (p.254, 2015) ressalta que “o governo cumpre sua responsabilidade para com os cidadãos ao garantir a existência de procedimentos efetivos assegurando que ele funciona de acordo com princípios democráticos”. O NSP atua na busca de mecanismos no intuito de minimizar, ou até erradicar as desigualdades sociais. Dentro desse contexto encontra-se uma grande parcela da população que sofre com a exclusão social devido possuir algum tipo de deficiência.

Nesse sentido, o NSP tem papel fundamental na reestruturação social e conscientização acerca do tema tratado aqui. No entanto, essa nova gestão passa a tratar com prioridade os valores e necessidades dos cidadãos, dando maior ênfase aos interesses sociais, ocasionando assim uma participação mais ativa da sociedade na esfera pública.

No que se refere à acessibilidade para PCD, o novo serviço público busca minimizar ou eliminar os tipos de barreiras existentes que impossibilitam a locomoção e utilização dos espaços públicos por deficientes, e também a erradicação da desigualdade e exclusão destes por meio de programas e políticas sociais.

Portanto, com base no que foi explicado acima, percebeu-se a necessidade de aprofundamento e entendimento maior sobre a acessibilidade para PCD e seus efeitos na sociedade.

2.2 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCD)

Existem várias classificações para o termo deficiente, este que consiste na perda ou anormalidade de alguma parte do corpo ou função física corporal, incluindo as mentais. Dentre os tipos de deficiência existem: a física que segundo Melo e Pereira (2013) é quando o indivíduo possui alguma limitação de locomoção, postura ou uso das mãos, ou limite de vigor físico, vitalidade e agilidade; a mental que é a insuficiência, falta, falha, imperfeição ligadas à deficiência do intelecto ou mente de uma pessoa; temos também sensorial que se caracteriza pela perda, total ou não, dos cinco sentidos que são a visão, audição, tato, olfato e paladar; e a múltipla que segundo Pletsch (2015) é o conjunto de duas ou mais deficiências, estas podendo ser física, mental, sensorial, entre outras.

Independentemente do tipo de deficiência, sabe-se que de alguma maneira esta será um impasse para o indivíduo no momento da interação dele com o meio que o cerca. Nesse sentido, a acessibilidade é essencial para que as PCD possam viver em igualdade de condições sociais, o que resulta na participação mais ativa na sociedade.

A acessibilidade engloba múltiplos aspectos sociais como emprego, saúde, educação, lazer, espaços públicos ou privados, entre outros, que devem receber pessoas sem distinção alguma, livre de barreiras e impedimentos, respeitando o direito que o cidadão tem de ir e vir. Machado e Lima (p.370, 2015) destacam que a “acessibilidade, em termos gerais, é garantir a possibilidade do acesso, da aproximação, da socialização e da utilização de qualquer ambiente”.

Contudo, a acessibilidade para PCD não difere do conceito mencionado no parágrafo anterior. Estes indivíduos além de terem os mesmos direitos e deveres como qualquer outro cidadão necessitam também de uma atenção específica no que diz respeito ao acesso devido suas limitações que podem ocasionar sua exclusão na sociedade. Então, de modo crucial, Manzini (2006) ressalta que a acessibilidade vai além do que concebemos, não significando apenas permitir que as pessoas tenham uma participação maior na sociedade. Portanto, se faz necessário sua conceituação para um melhor entendimento sobre o problema. Neste mesmo

sentido, um conceito que define claramente a acessibilidade se encontra nos termos do art. 2º da Lei n.º 10.098/2000, que diz:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas, meios de comunicação e demais ambientes públicos, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2008).

A acessibilidade, no entanto, consiste em um processo de transformação do ambiente, da organização social, do espaço físico urbano, da administração, das atitudes e comportamentos, da educação e mudança das atividades humanas que diminuem o efeito de uma deficiência que implicam na realidade social pelas PCD.

Com relação à realidade social das PCD, deve-se atentar aos fatores diferenciadores no intuito de compreender que tais indivíduos podem ter os mesmos direitos que a sociedade em geral possui, porém, não devemos esperar que estes indivíduos realizem, do mesmo modo, ações que uma pessoa sem deficiência faria, pois sabemos que as barreiras, tanto arquitetônicas quanto comportamentais, são de altíssima relevância no contexto em discussão, sem contar o grave fator do preconceito e exclusão da sociedades.

Diante do que foi exposto, o Estado tem o dever de garantir que a acessibilidade e inclusão social da sociedade em geral, tanto nos ambientes públicos quanto privados, seja uma realidade sólida. “Possibilitar igualdade de oportunidades para todo cidadão é dever do estado e cada um de nós deve fazer a sua parte para que isto seja cumprido” (BRASIL, p.12, 2008). Então, de nada adiantará o Estado intervir se as pessoas não tomarem consciência da real situação do cotidiano das PCD, pois se sabe que muitas vezes a desigualdade social tem-se início em atitudes que passam despercebidos no dia-a-dia.

2.3 Acessibilidade para PCD em Órgãos Públicos

Muito se fala na coisa pública quando algo não sai de acordo com o que está firmado nas normas e leis que norteiam as ações governamentais em prol de uma sociedade mais justa. Dentre os assuntos, a acessibilidade para PCD possui lugar cativo devido sua abrangência e por ser um mecanismo que garante condições para uma vida digna.

Passamos por um momento histórico marcado por movimentos e debates que implicam na melhoria dos órgãos públicos e seus ambientes no que se refere à acessibilidade para PCD. Embora as ações inclusivas tenham vindo para contribuir com o processo de conscientização e respeito da diversidade humana, tendo em vista o longo período de discriminação e exclusão de pessoas deficientes, percebe-se que, ainda precisa haver muitas mudanças.

Silva e Rue (2015) citam que, embora o Brasil tenha uma legislação específica para PCD, esse grupo se destaca no percentual elevado das estatísticas de exclusão social, o que destaca a necessidade de mudanças, conscientização e mobilização da sociedade para com estes indivíduos.

Compreende-se que a acessibilidade para PCD abrange diversas áreas da sociedade como: trabalho, transporte, saúde, educação, lazer, entre outros. Assim sendo, o fator financeiro, devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho das PCD, passou a ser de grande importância para tais pessoas, pois se sabe que na necessidade de utilização de algum serviço ou ambiente público, esta terá apenas o acesso superficial a rede básica de serviços disponibilizados pelo governo ou na área privada.

Vale ressaltar também que, muitas vezes as PCD não têm suas necessidades satisfeitas se comparado à população geral. Amaral et al. (2012) alegam ainda que, pessoas deficientes enfrentam condições econômicas inferiores das demais pessoas sem deficiência, e que muitas destas pessoas se encontram em altos níveis de pobreza.

Em decorrência da instabilidade financeira enfrentada pelas PCD, grande parte dessa população fica restrita aos serviços públicos, pois, estes acabam sendo alvos de reivindicações devido às condições precárias presenciadas por deficientes e demais pessoas. É evidente que há a necessidade de melhorias nas ações que visam garantir os direitos das PCD, ainda que a legislação brasileira tenha muita matéria escrita em prol destes, em muitos dos ambientes públicos às ações ainda são desrespeitadas.

Sabe-se que as condições de acessibilidade para deficientes nos espaços públicos na maioria das vezes não atendem os requisitos básicos impostos pela legislação, por exemplo (TADA et al. 2012; LAZZARIN; SOUSA, 2015), somando-se ao poder aquisitivo inferior da maioria da população com deficiência comparado ao das pessoas sem deficiência, dá a entender que as PCD são as que mais são afetadas pelo descaso da má administração do espaço público.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho tem por objetivo analisar como se caracterizam as pesquisas científicas publicadas no Portal Scielo, que tratam do tema acessibilidade para PCD em órgãos públicos, através de uma revisão sistemática acerca do tema. A referida metodologia é fundamental para a construção do conhecimento científico, pois é através desse processo que o pesquisador buscará, na pesquisa de trabalhos acadêmicos sobre um determinado assunto, a oportunidade de gerar novos conhecimentos.

Conforme afirma Castro (2006), a revisão sistemática tem por finalidade responder a uma pergunta específica utilizando-se de métodos esclarecidos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar os estudos de acordo com os critérios da pesquisa, seguido da coleta e análise dos dados desses estudos selecionados. Uma das vantagens de um estudo que se utiliza dessa metodologia é a possibilidade de se aprofundar num determinado assunto através da visão de diferentes autores.

Diante disso, realizou-se um levantamento na base de dados do portal *Scientific Electronic Library Online*– Scielo, desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP que funciona desde 1997, e com o apoio, desde 2002, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Trata-se de uma biblioteca digital que abrange, aproximadamente, 1250 periódicos científicos nacionais e internacionais (SCIELO, 2016).

Uma das vantagens do repositório mencionado é de ser gratuito e não ter a necessidade de cadastro. O Portal ainda permite que o usuário leia o arquivo *on-line*, e se optar, tem a possibilidade de realizar o *download* do trabalho. A escolha da referida base de dados deu-se devido sua confiabilidade e representatividade nos serviços de busca por trabalhos científicos de diversas áreas do conhecimento no Brasil.

3.1 Desenvolvimento da Pesquisa

A base de dados foi acessada durante os dias 08 e 09 de agosto de 2016 e explorada por meio dos descritores: 1) Acessibilidade; 2) Órgãos públicos e; 3) Deficientes. Elaboraram-se critérios de inclusão e exclusão, apresentados no Quadro1, para a pré-seleção dos trabalhos.

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão para pré-seleção de trabalhos

Critérios	Inclusão	Exclusão
Abordagem ao tema	O trabalho deve abordar o tema como base principal	Não utiliza o tema como base principal. Discutir o tema em empresas privadas
Idioma	Todos	Nenhuma
Formato do trabalho	Deve ser Artigo, Dissertação ou Tese	Não ser Artigo, Dissertação ou Tese

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Inicialmente, com a busca por meio dos descritores estabelecidos, foram encontrados, na base de dados, o quantitativo de 358 trabalhos. Dentre esses, realizou-se o *download* de 114 por estarem de acordo com os critérios de inclusão. Essa primeira seleção ocorreu pela leitura dos títulos dos trabalhos e também das palavras-chave. Os 244 trabalhos restantes foram descartados por não conterem as palavras acessibilidade, órgãos públicos ou deficientes em seus títulos, resumo ou palavras-chave.

Em seguida, construiu-se um banco de dados com todos os trabalhos encontrados que passaram pelo critério de exclusão através da pesquisa dos descritores. Na fase seguinte, realizou-se a leitura dos resumos, referencial teórico, metodologia e conclusão dos pré-selecionados para a verificação do critério de inclusão correspondente a abordagem do tema, sendo que, os trabalhos que discutissem o tema de forma secundária fossem excluídos.

Posteriormente, teve-se a organização e categorização dos trabalhos restantes em uma Matriz de Síntese, elaborada através da tabulação em uma planilha do *Microsoft Excel*, que expõe a análise e interpretação dos resultados, e apresentação da revisão. Essa matriz “deve conter informações sobre aspectos da investigação e permitir que o pesquisador tenha uma visão geral de dados relacionados a um desempenho de certos pontos” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, p.131, 2011).

Sabendo disso, organizou-se tal Matriz em linhas e colunas, em cada linha inseriram-se dados de um único trabalho e nas colunas buscava-se especificar os dados relevantes ao tempo que eram classificados em abordar diretamente o tema; o motivo da exclusão; idioma utilizado; formato do documento; local e periódico da publicação; número de autores; ano de publicação; e palavras-chave.

Utilizou-se no presente estudo o método de análise estatística descritiva, que auxilia o pesquisador na utilização de técnicas para resumir, descrever, organizar, sumarizar e interpretar os dados encontrados na pesquisa. A estatística descritiva, segundo Ferreira (2005), tem como objetivo sintetizar uma série de informações por meio de tabelas, gráficos, e compilação e ordenação dos dados, para obter-se uma visão geral da pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do trabalho serão apresentados os principais resultados obtidos por meio da revisão sistemática acerca do tema Acessibilidade em Órgãos Públicos. As tabelas e gráficos que seguem foram tratados através da análise descritiva dos dados, conforme já apresentada na metodologia.

4.1 Aspectos de Forma e Estrutura

4.1.1 Síntese dos Trabalhos Encontrados

Inicia-se a análise e discussão dos resultados com a Tabela 1, em que se apresenta a síntese dos trabalhos obtidos a partir da coleta realizada no portal *Scientific Electronic Library Online* - Scielo.

Conforme se observa, foram encontrados um total de 114 trabalhos que tratam do tema acessibilidade em órgãos públicos. Esses trabalhos foram categorizados como artigos, tese e outros formatos, subdivididos em 108 (94%), 1 (0,9%) e 5 (4,4%), respectivamente.

Aponta-se a retirada de 64,1% dos trabalhos encontrados, devido aos critérios de exclusão estabelecidos na metodologia. Desse total, 57,9% de artigos e 0,9% de teses foram excluídos devido sua abordagem principal (tema) discutir de forma secundária a questão da acessibilidade em órgãos públicos.

Tabela 1: Síntese dos trabalhos encontrados na base de dados Scielo

Base de Dados	Formato	Total antes da exclusão		Exclusões						Total após a exclusão	
				Rep.		Tem.		Form.			
		Uni.	(%)	Uni.	(%)	Uni.	(%)	Uni.	(%)	Uni.	(%)
SCIELO	Artigo	108	94,7	1	0,9	66	57,9	0	0,0	41	100,0
	Tese	1	0,9	0	0,0	1	0,9	0	0,0	0	0,0
	Outro	5	4,4	0	0,0	0	0,0	5	4,4	0	0,0
TOTAL		114	100%	1	0,9%	67	58,8%	5	4,4%	41	35,9%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

*Rep. = Repetição; Tem.= Tema; e Form.= Formato

Vale chamar atenção que, já se esperava a exclusão desse quantitativo, pois um dos termos utilizados para a pesquisa na base de dados foi “acessibilidade”, que em seu conceito é, de certa forma, amplo. Conforme conceitua o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2016), acessibilidade é a “qualidade do que é acessível”, ou seja, algo que esteja disponível ou que permita acesso. Assim sendo, muitos dos trabalhos obtidos discutiam acerca do acesso aos serviços de saúde pela população, como exemplo dos autores Assis e Jesus (2012); Cunha e Silva (2010); e Bonello e Corrêa, (2014).

A razão pela quantidade de 58,8% de exclusões dá-se devido os trabalhos abordarem o assunto de forma secundária, ou não tratar de espaços públicos, um exemplo é o trabalho de Gasparoto e Alpino (2012), além desse, alguns fugiam do tema como Oliveira e Nappo (2008), e outros discutiam o problema em ambientes privados como Ely e Silva (2009).

Grande parte destes estudos reportava à Acessibilidade para PCD à assistência ou planos nos serviços básicos de saúde (BARBASTEFANO; GIRIANELLI; VARGENS, 2010), estes podiam até ter seu lócus de pesquisa focado no ambiente público, porém não explanava diretamente à estrutura física acessível do seu espaço, como por exemplo: calçadas, portas, rampas, sinalizações, etc.

Do mesmo modo, 4,4% dos trabalhos foram excluídos por não estarem no formato de artigo, dissertação ou tese (critérios de inclusão), alguns exemplos dessas exclusões são os trabalhos no formato de resenhas ou editoriais (CORRÊA, 2009; SANTOS, 2008).

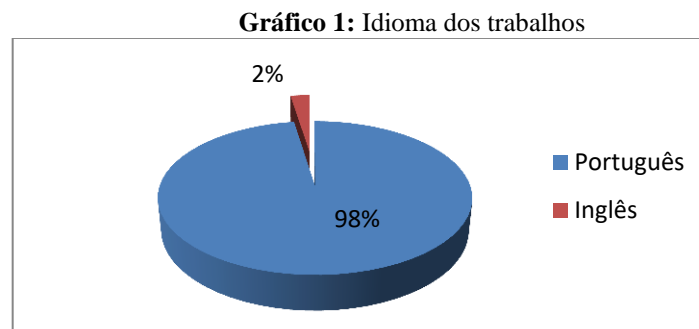
Por fim, observou-se que após todo o processo de exclusão restaram 35,9% dos trabalhos encontrados. Esse quantitativo representa o *corpus* de pesquisa que trata diretamente

do tema de interesse desse trabalho: acessibilidade em órgãos públicos. A seguir, apresentam-se tabelas e gráficos construídos a partir desse *corpus*.

4.1.2 Síntese dos Idiomas

Dando continuidade a análise dos trabalhos encontrados, buscou-se separar a quantidade de publicações por idioma. No Gráfico 1, apresenta-se o quantitativo percentual de trabalhos por idioma.

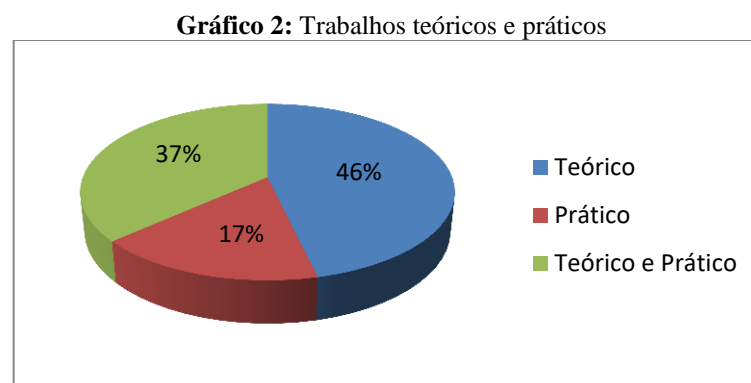
O gráfico 1 nos traz o detalhamento dos idiomas usados nos trabalhos em sua totalidade. O que se destaca é que 98% dos trabalhos foram escritos em português, e apenas 2% das publicações foi escrita em inglês, sendo que este último foi publicado em um periódico nacional.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

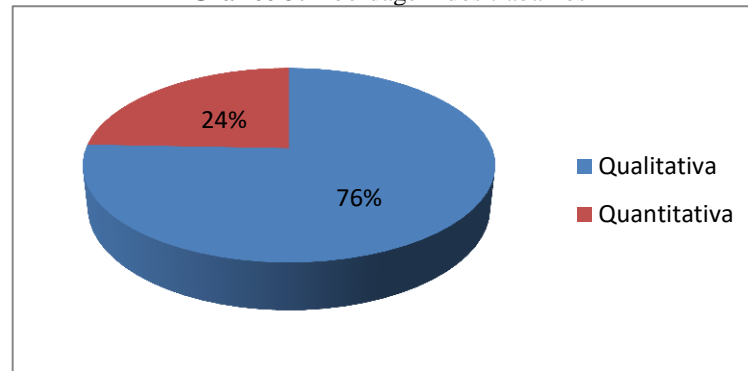
4.1.3 Síntese da Metodologia Utilizada

A seguir, buscou-se através de gráficos a compreensão da metodologia utilizada pelos trabalhos selecionados, como: estudo teórico ou prático, abordagem da pesquisa, tipo de pesquisa, e método de análise. Adiante, criou-se o gráfico 2 que apresenta a quantidade de trabalhos teóricos ou práticos.



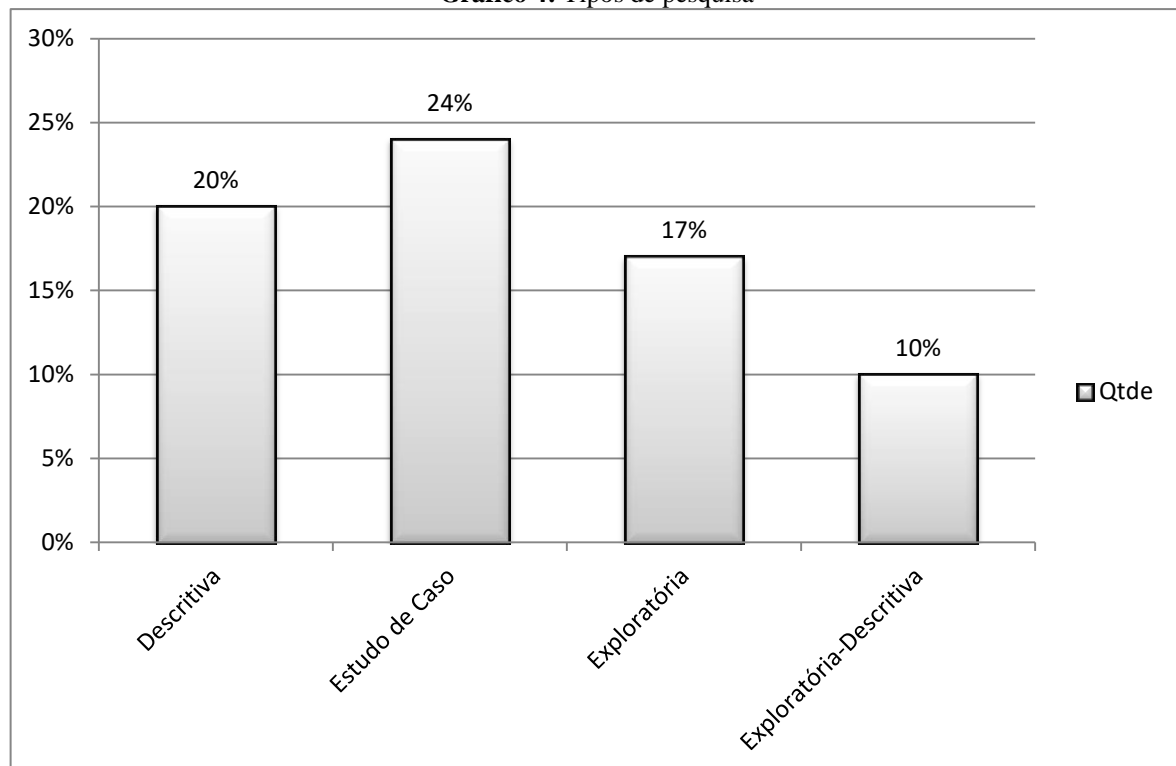
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Dando continuidade a síntese da metodologia utilizada nos trabalhos, o gráfico 2 representa a quantidade de pesquisas teóricas e o número de estudos práticos. Dentre os trabalhos encontrados 46% são teóricos, 37% teórico e prático ao mesmo tempo, e apenas 7% foram identificados como práticos. Posteriormente, elaborou-se o gráfico 3 referente a abordagem dos trabalhos encontrados.

Gráfico 3: Abordagem dos trabalhos

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Percebe-se no gráfico 3 que, há uma diferença acentuada no que se refere a abordagem da pesquisa dos trabalhos encontrados. A abordagem qualitativa em maior número foi utilizada por 76% dos estudos, e com um número mais inferior, as pesquisas com abordagem quantitativa somam 24%. Tais dados destacam um aprofundamento maior das pesquisas acerca do problema em estudo. Por conseguinte elaborou-se o gráfico 4 com dados referente ao tipo de pesquisa.

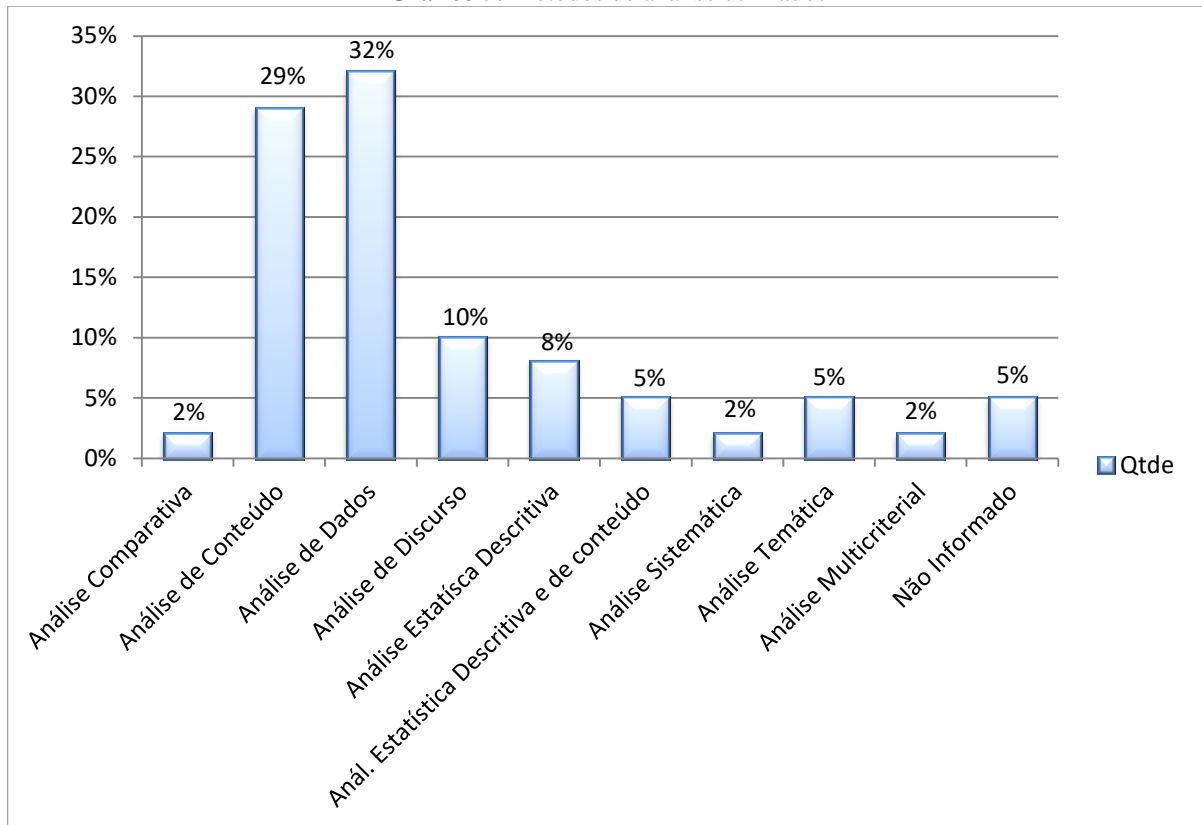
Gráfico 4: Tipos de pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Como evidenciado no gráfico 4, há de se ressaltar a quantidade de 24% dos trabalhos com tipo de pesquisa referente a Estudos de Caso. Com um número um pouco inferior, os tipos de pesquisa Descritiva com um total de 20% dos trabalhos e Exploratória com 17% também ganham destaque, sendo que, tem-se 10% dos trabalhos encontrados que se utilizaram do tipo de pesquisa Exploratória-Descritiva.

Os demais tipos de pesquisas como: bibliográfica-dedutiva; descritivo-avaliativo, descritivo-documental; descritivo-observacional; descritivo-perspectivo; estudo bibliográfico; estudo observacional analítico; exploratório-grupos focais; exploratório-interpretativo; narrativa; pesquisa de campo e revisão integrativa somam apenas 2% de cada. Finalizando a análise metodológica dos trabalhos, desenvolveu-se o gráfico 5 para mostrar os métodos de análise utilizados.

Gráfico 5: Métodos de análise utilizados



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

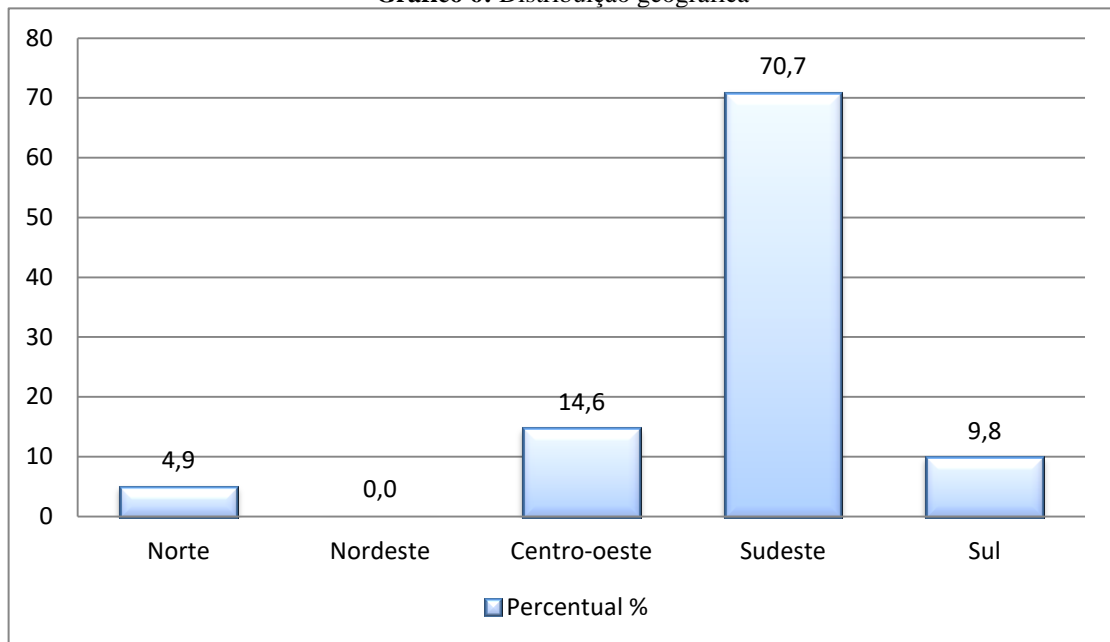
Ressalta-se, como elucidado no gráfico 5, a grande quantidade de tipos de métodos encontrados nos trabalhos selecionados na pesquisa. Dentre eles, os mais utilizados foram à análise de dados em 32% dos trabalhos, e a análise de conteúdo em 29% dos trabalhos.

Com números bem inferiores aos métodos citados no parágrafo anterior, tem-se a análise de discurso em 10% dos trabalhos, acompanhada da análise estatística descritiva com um total de 8% dos trabalhos, já a análise estatística descritiva e de conteúdo e análise temática, com um número inferior, foram utilizados apenas em 5% dos trabalhos cada.

Por fim, os demais métodos utilizados nos trabalhos como: análise comparativa; análise sistemática e análise multicriterial somam apenas 2% de cada. Concluindo a explicação do gráfico 5, em 5% dos trabalhos não foi possível a localização do método de análise por não existir a informação na metodologia.

4.1.4 Síntese da Publicação por Região

Para analisar a distribuição geográfica das publicações, elaborou-se o Gráfico 6, que apresenta a quantidade e percentual de publicações por cada região no Brasil. Tal gráfico foi elaborado com base na localidade de editoração dos periódicos.

Gráfico 6: Distribuição geográfica

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Em suma, tem-se o sudeste como a região que mais publica. Somente essa região é responsável por 70,7% das publicações, demonstrando que os periódicos ali possuem um alto interesse na discussão pelo tema.

Com um número bem mais abaixo de publicações que a região Sudeste, temos a região Centro-Oeste com 14,6%, seguida da região Sul com 9,8% de publicações. Por conseguinte, tem-se a região Norte com um número bem inferior das demais regiões com apenas 4,9%. Tais números expressam uma aparente falta de interesse por parte dos periódicos dessa região pela publicação de trabalhos que abordem e debatam acerca da acessibilidade para PCD.

Como demonstra o gráfico 6, os periódicos da região Norte ficaram com um baixo índice de publicações, informação que pode não representar o real número de trabalhos feitos nas referidas regiões, pois dentre o quantitativo de artigos que representa o *corpus* da pesquisa, alguns são da região Norte e Nordeste, porém, com sua publicação em outras regiões, como por exemplo, Pagliuca; Aragão e Almeida (2007); e Tada et al. (2012).

Observar-se que, a região Nordeste não contém nenhum registro de publicação no período de investigação. A inexistência de publicações na região pode ser, provavelmente, resultante dos critérios de inclusão e exclusão utilizados nesta pesquisa.

4.1.5 Síntese dos Periódicos por Região

Por meio da análise da distribuição demográfica, optou-se pela construção do quadro 2, que apresenta uma lista dos periódicos que publicaram trabalhos científicos acerca do tema Acessibilidade para PCD, separados por grandes regiões do Brasil.

Os periódicos foram organizados de modo a apresentar suas respectivas regiões, informações sobre e quantidade de publicações. Previamente, destaca-se índice do Nordeste, que não contém nenhum registro de periódicos com publicações acerca do tema no período de pesquisa. Vale lembrar que alguns trabalhos, mesmo desenvolvidos no Nordeste, são publicados em outras regiões, demonstrando de certa forma, o mínimo interesse em relação ao tema.

Quadro 2: Relação de Periódicos

Nordeste	Sudeste
	A Revista Brasileira de Ensino de Física *
Norte	Revista do Brasil ***
Journal of Transport Literature **	Revista de Administração Pública **
	Revista TransInformação *
Centro-oeste	Revista Pro-Posições *
Revista Ciência da Informação ***	Revista de Saúde Pública *
Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa *	Revista da Escola de Enfermagem da USP *
	Revista Ciência & Educação *
Sul	Revista Brasileira de Gestão Urbana **
Revista Brasileira de Ciências do Esporte *	Revista Brasileira de Educação Especial *
Revista Gaúcha de Enfermagem *	Revista Brasileira de Educação *
Revista Fisioterapia em Movimento *	Perspectivas em Ciência da Informação **
Revista Educar em Revista *	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem **
	Ciências & Saúde Coletiva ***
	Cadernos Metrópole *

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

*Periódicos que publicaram pelo menos um artigo durante o período de consulta. **Periódicos que publicaram de dois a três artigos. ***Periódicos que publicaram quatro ou mais artigos

No entanto, nota-se que, o Sudeste apresenta um alto índice de periódicos se comparado as demais regiões. Percebe-se que, em sua maioria, as revistas são das áreas da saúde e educação, por exemplo, **Revista de Saúde Pública**, **Ciências & Saúde Coletiva**, **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, **Revista Ciência & Educação**, **Revista Brasileira de Educação**, entre outras. Ressalta-se que, tais revistas abordam discussões que envolvem a saúde e educação da coletividade.

Logo, na região Sul, nota-se um quantitativo menor de periódicos. Dessas revistas, destacam-se a **Revista Gaúcha de Enfermagem** e **Revista Fisioterapia em Movimento**, essas que são dedicadas à área da saúde e seu desenvolvimento, a **Revista Educar em Revista**, destinada a publicação de trabalhos na área de educação, e a **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, que divulga trabalhos acerca da educação física e ciências do esporte.

No Centro-oeste, tem-se a **Revista Ciência da Informação**, influente no setor de informação em ciência e tecnologia, e a **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, que publica trabalhos e notícias relacionados à psicologia. Com um índice inferior as demais regiões, o único periódico interessado pela publicação do tema foi o *Journal of Transport Literature*, que publica conhecimentos científicos na área de gestão de transportes, planejamento e economia. Ressalta-se que independente do nome ser em outra língua, esse é situado na cidade de Manaus.

Em se tratando das revistas que mais publicaram, destacam-se três, a **Revista do Brasil**, que publicou 6 trabalhos referentes ao tema, seguida da **Revista Ciência da Informação**, com 5 publicações, e por fim o periódico **Ciências & Saúde Coletiva**, com um total de 4 trabalhos publicados. Ressalta-se o interesse das áreas da saúde, educação, gestão, social, entre outras, pelo tema abordado. Contudo, é válido dizer que, tais periódicos buscam trabalhar temas que abrangem políticas públicas voltadas para o bem-estar social.

Outra palavra que merece destaque devido a pouca utilização é **Governo**. De certa forma, tal informação revela que, em muitos dos trabalhos, os autores não trazem a discussão do assunto. Porém, ressalta-se que, algumas palavras, que também não tiveram muito destaque na imagem, estão ligadas a palavra governo, como exemplo, tem-se a palavra **Política e Sistema**, que estão, diretamente ou indiretamente, associadas a aspectos que resultem de ações governamentais.

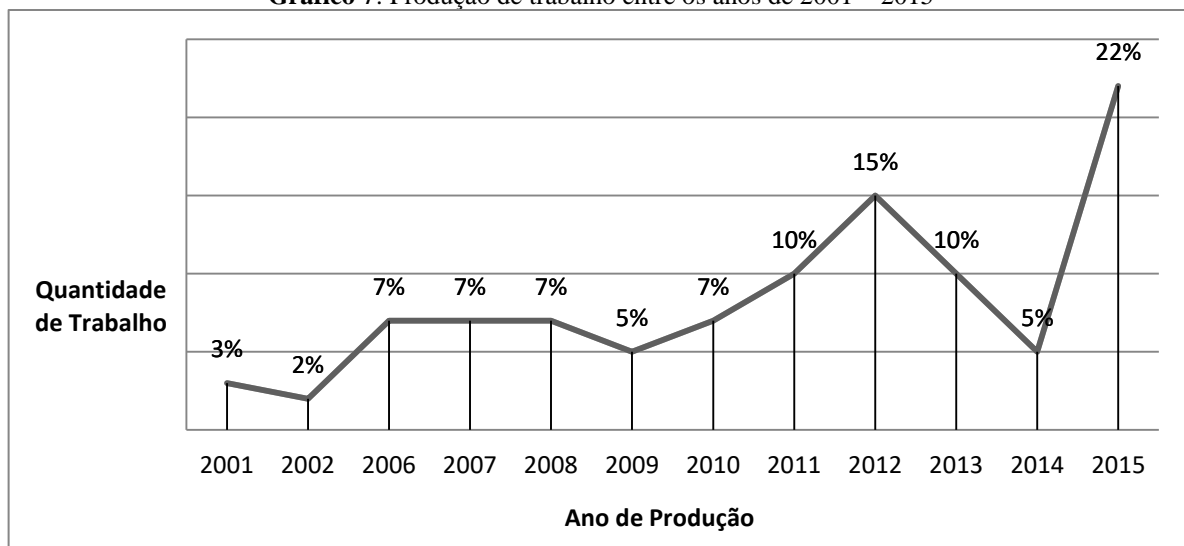
Prosseguindo, a palavra **Inclusão** chama atenção por aparecer de forma modesta na figura. No entanto, por ser uma palavra relacionada ao tema, esperava-se que houvesse um quantitativo maior de trabalhos que trouxessem a discussão de ações governamentais voltadas para uma sociedade mais inclusiva.

4.2 Aspectos de Conteúdo

4.2.1 Análise do Avanço das Publicações

No Gráfico 7, pode-se observar a variação anual da produção de trabalhos sobre o tema, para tanto, foi elaborado uma linha do tempo que revela de forma sucinta tais oscilações.

Gráfico 7: Produção de trabalho entre os anos de 2001 – 2015



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

O que se pode observar e destacar na linha do tempo é a pequena quantidade de produção de trabalhos acerca do tema nos anos de 2001 e 2002 em que foi localizada apenas 3% e 2% respectivamente. Assim, nota-se que a discussão se manteve em índices baixos de produção nesse período inicial da pesquisa. A partir dessa constatação, realizou-se uma pesquisa extra para conhecer quais tipos de ações vinham sendo desenvolvidas a nível nacional até aquela data para a promoção da acessibilidade para PCD.

Dessa forma, chegou-se a um documento publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humano intitulado de Acessibilidade publicado em 2008 (BRASIL, 2008), que sumariza todas as leis publicadas, até aquela data, acerca do tema. Selecionou-se dentre essas leis, aquelas que tratam da acessibilidade estrutural, ou seja, aqueles que têm foco nos equipamentos públicos, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3: Legislação que trata da acessibilidade estrutural dos equipamentos públicos

Documento	Foco
Lei Nº 7.405 de 12 Novembro de 1985	Direito à Acessibilidade. Trata da obrigatoriedade da colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência.
Portaria Nº 1.679, de 2 de Dezembro de 1999	Direito à educação. Discute sobre requisitos de acessibilidade assegurando as pessoas portadoras de deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.
Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000	Direito à Liberdade de locomoção. Discute a promoção da acessibilidade em vias e locais públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
Portaria Nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003	Direito à educação. Assegura aos portadores de deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições.
Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004	Direito à Liberdade de locomoção. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.
Instrução Normativa SG/PR Nº 1, de 2 de Dezembro de 2005	Direito à Informação. Discute a utilização dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual por concessionárias dos serviços de comunicação.
Portaria MEC Nº 976, de 05 de Maio de 2006	Direito à educação. Discute sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação.
Portaria Normativa MEC Nº 14, de 24 de Abril de 2007	Direito à Educação. Criação do “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior” que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência.
Decreto Nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009	Direito à Cidadania. Discute a Aprovação do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), que abrange questões referentes à acessibilidade para deficientes.
Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011	Direito à Educação: Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com estímulo da participação de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional.
Decreto Nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011	Direito à Igualdade. Tem-se a finalidade de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.
Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015	Direito à Inclusão. Discute a promoção da acessibilidade através da inclusão de PCD na área da saúde, da educação, ambiente de trabalho, espaços de lazer, etc.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de BRASIL (2008); BRASIL (2013) e BRASIL (2015).

Observou-se através da análise desse documento que a preocupação a respeito da acessibilidade no país instalou-se a partir de 1985 com a publicação da Lei Nº 7.405. Vale lembrar que essa lei tem como prioridade tornar obrigatória a colocação do Símbolo Internacional do Acesso em todas as estruturas e serviços que sejam de utilidade de PCD.

No entanto, muito antes da década de 1980, em meados dos anos 1950 na Europa, é que se tem a primeira preocupação com o tema. Profissionais da área de reabilitação manifestaram-se contra a inacessibilidade para PCD e começaram a denunciar as barreiras arquitetônicas que comprometiam e impossibilitavam a locomoção das pessoas com deficiência (ACESSIBITECA, 2016). Nos anos de 60 e 70, o debate do tema ganha espaço na sociedade, e durante esse período, iniciam-se movimentos voltados para a conscientização social a respeito dos direitos fundamentais que asseguram o direito de ir e vir das PCD (ACESSIBITECA, 2016).

Destaca-se ainda que, depois de 1985, a próxima ferramenta jurídica voltada para acessibilidade para PCD seria criada apenas quase 15 anos depois por meio da “Portaria Nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.” (BRASIL, p.181, 2008). O referido documento em seu art. 2º estabelece que

A Secretaria de Educação Superior deste Ministério, com o apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (BRASIL, p.181, 2008).

Nota-se que, além do artigo tratar o tema, procura-se também melhorar a questão da acessibilidade na área da educação. Os requisitos descritos na referida legislação deverão contemplar pessoas com diversos tipos de deficiência, que inclui: deficiência física; visual; auditiva; intelectual; ou até mesmo Pessoas com Necessidades Especiais Temporárias.

Apenas em 1999, após 14 anos da primeira publicação que trata do tema, é que tem-se a primeira iniciativa governamental voltada para a acessibilidade de PCD. No entanto, é partir de 2003, com a criação de programas, conferências, convenções, decretos e leis, que nota-se uma maior atenção voltada para os interesses das PCD.

Retomando a análise de outros períodos apresentados no gráfico 7, é importante destacar que, entre os anos de 2003 a 2005 o número de produção de trabalhos sobre acessibilidade para PCD foi zero.

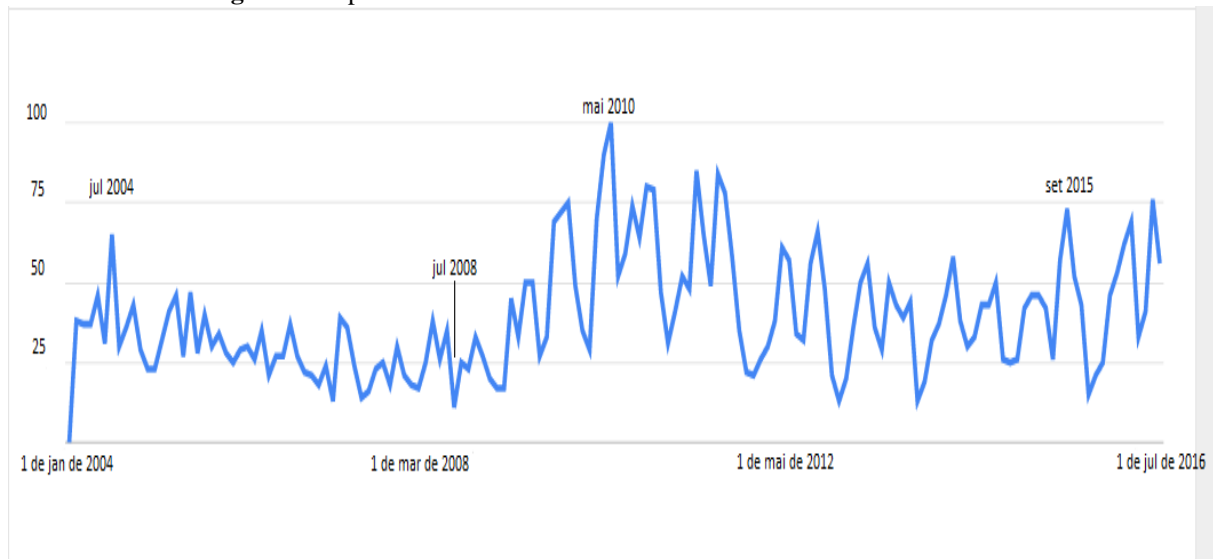
É interessante notar que após o período de implementações e regulamentações de ações governamentais de 2003, pela Portaria Nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003, observa-se que, houve um aumento no número de produção, seguida de uma estabilização no período de 2006 a 2011. Ressalta-se que, em 2007, houve a criação do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2008), que teve como objetivo promover a inclusão de PCD nas instituições de ensino federal.

Nesse sentido, é possível observar cada vez mais o debate da acessibilidade para PCD no cotidiano da população, aparentemente devido aos meios de comunicação como a televisão, rádio, jornais, revista e especialmente a internet. A influência da mídia destaca a importância dos meios de comunicação na disseminação do assunto principalmente quando se utiliza a rede mundial de computadores.

Ressalta-se também, o aumento das buscas através dos meios de comunicação *on-line*, como: revistas, blogs, sites de busca, etc. Com o intuito de conhecer a popularidade do termo Acessibilidade para deficientes nos últimos 12 anos, realizou-se uma pesquisa extra no *Google* e obteve-se a Figura 2 que mostra o interesse de pesquisas sobre acessibilidade para PCD realizadas no portal do *Google*. Devido às limitações, o site permitiu apenas selecionar os períodos de 2004 a 2016. O número 100 (cem) representa o ponto máximo, o pico de

popularidade do termo e 0 (zero) significando que o termo teve menos de 1% da popularidade em pesquisas.

Figura 2: Popularidade do termo acessibilidade entre os anos de 2004-2016



Fonte: Google (2016)

Percebe-se na figura 2 que, no início de 2004, a popularidade do termo nas pesquisas realizadas no portal chegou a mais ou menos 35 pontos. Em seguida, nota-se um aumento nas pesquisas realizadas acerca do assunto atingindo a faixa dos 65 pontos em julho do mesmo ano. Logo após, observa-se uma queda seguida de oscilações até que, em julho de 2008 a popularidade atinge a faixa dos 11 pontos, a menor escala do período pesquisado.

Nota-se ainda que, entre os anos 2008 e 2010, tem-se um aumento que leva a popularidade do tema alcançar a faixa dos 100, o ponto máximo de popularidade do termo, demonstrando o crescente interesse da discussão da acessibilidade para PCD naquele período. Em seguida, apresenta-se uma queda seguida de constantes oscilações que vai do ano de 2010 a 2016, sendo que, em setembro de 2015, tem-se uma retomada da popularidade chegando aos 73 pontos, indicando um período de interesse sobre acessibilidade para PCD no meio *on-line*. Ao fim do período, em setembro de 2016, a popularidade também alcança a pontuação de 76, reforçando mais um momento de busca pelo tema.

Fazendo uma breve relação entre o gráfico 7 e figura 2, destaca-se que, no ano de 2004, apesar do alto interesse em pesquisas na *web*, a quantidade de trabalhos nesse período não acompanha a popularidade descrita na figura 2, já que não há registros de trabalhos encontrados no referido ano.

Destaca-se também que, em 2008 na figura 2, apesar da popularidade ter atingido o índice mais baixo no período, representando poucas buscas sobre acessibilidade para PCD. Já o gráfico 7, apresenta uma quantidade razoável de trabalhos encontrados nesse período, havendo um certo contraste entre as informações do gráfico 7 e figura 2 neste período.

Observa-se também na figura 2 que, em 2010, a popularidade do tema atinge a faixa dos 100, seu ponto máximo em pesquisas realizadas na internet sobre acessibilidade para PCD. Porém, no gráfico 7 é apresentado apenas 7% da produção de trabalhos no mesmo período, assim, aparentemente, a popularidade do tema não tem relação direta na quantidade de trabalhos feitos no referido ano.

De acordo com o gráfico 7, em 2012 tem-se uma elevação na produção de trabalhos, foram encontrados 15% deles somente neste ano. No entanto, a figura 2 evidencia que

popularidade do tema, em maio e outubro do mesmo ano, atinge a marca de 61 e 66 pontos, respectivamente, o que de certa forma, demonstra um período de maior interesse em pesquisas e discussão do tema.

Dando continuidade a análise do gráfico 7, observa-se que o ano de 2015 foi semelhante a 2012, pois houve um aumento considerável na produção de trabalhos e a busca pelo assunto na web alcançou a faixa dos 73 pontos de popularidade. Ressalta-se que, a quantidade de trabalhos encontrados no referido ano está bem acima da média se comparado aos anos anteriores.

Com o aumento da repercussão acerca do tema Acessibilidade para PCD, notou-se no gráfico 7 que, em 2012, há um aumento na quantidade da produção de trabalhos. Tal aumento no índice pode ter ocorrido devido às convenções realizadas em anos anteriores, ou pela criação de programas e ações sociais voltados para a promoção da acessibilidade para PCD, como por exemplo, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, lançado em novembro de 2011 pelo Governo Federal (BRASIL, 2012) que ratifica o avanço do país na implementação de medidas que tendem a promover, proteger e assegurar, de maneira equitativa, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das PCD.

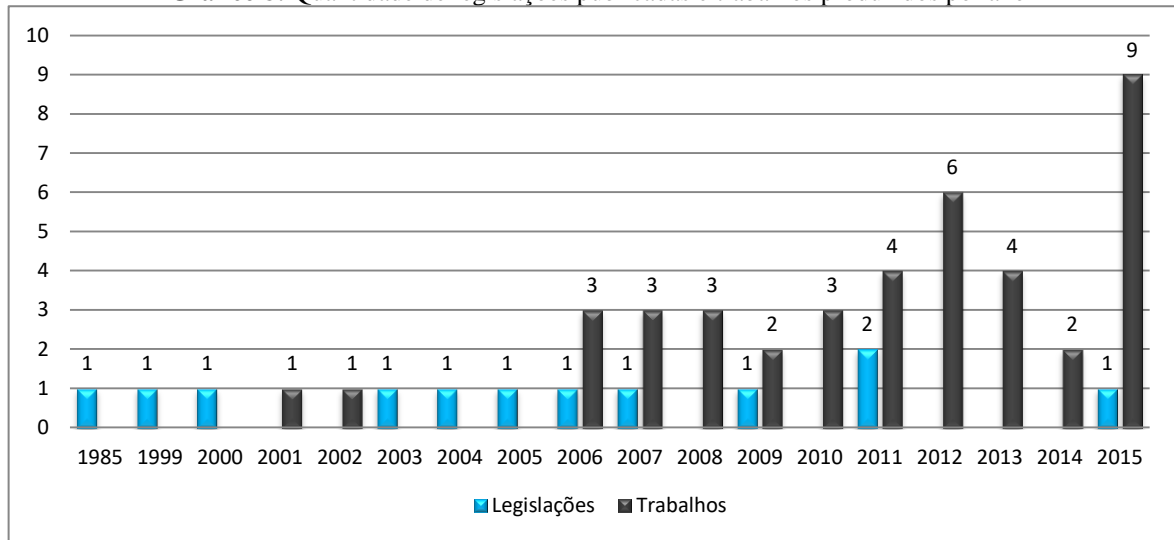
A concepção e as ações do Plano Viver sem Limites abrangem diversas áreas da sociedade, dentre essas, destacam-se a área da educação e saúde. Na área da educação, as ações estão voltadas ao apoio à educação básica e inclusão de PCD, na tentativa de promover a igualdade de oportunidades, capacitando e habilitando os ambientes de ensino às diferentes realidades possíveis. As ações na área da saúde discutem também a implantação de melhorias estruturais na rede básica, qualificação dos profissionais da área, e acesso e qualidade nos serviços prestados à população (BRASIL, 2013).

Além disso, a cartilha do Plano Viver sem Limites apresenta mais dois tópicos, Inclusão e Acessibilidade, que junto com a educação e saúde formam o seu eixo de atuação. A discussão da inclusão e acessibilidade no plano se faz necessário para que “pessoas com deficiência utilizem, em igualdade de oportunidades, o meio físico, o transporte e a informação...” (BRASIL, p.31, 2013), sendo imprescindíveis medidas apropriadas para a realização e alcance dos objetivos do plano.

Ainda sobre o ano de 2012, percebe-se que a produção apresenta uma queda e passa de 15% de trabalhos publicados para 10% nas publicações em 2013, e apenas 5% em 2014. Logo, em 2015, houve um aumento significativo no índice de publicações, demonstrando um maior interesse acadêmico. Esse acréscimo pode ter sido gerado devido a instituição da lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015), que busca a promoção da acessibilidade através da inclusão de PCD nos diversos meios da sociedade como em ambientes da área da saúde, da educação, ambiente de trabalho, espaços de lazer, etc.

Portanto, no contexto geral, destaca-se o crescimento das publicações no ano de 2006, seguido de uma estabilidade, demonstrando que a discussão do tema aparenta uma fase de consolidação e que passa por um período de crescimento no país. Em 2011, mostra-se outro aumento seguido de uma queda, após esse decréscimo, tem-se outro aumento incontestável no ano de 2015. Por fim, tais registros manifestam que a discussão da acessibilidade para deficientes vem ganhando cada vez mais espaço nos diferentes meios sociais.

Buscou-se a seguir, demonstrar se a criação de uma lei tem alguma interferência na quantidade de produção de trabalhos ao longo dos anos. Para tanto, elaborou-se o gráfico 8 que explicita o desenvolvimento de legislações com o aumento da produção de trabalhos científicos.

Gráfico 8: Quantidade de legislações publicadas e trabalhos produzidos por ano

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Observa-se que, nem sempre a criação de uma lei acarretará num aumento do interesse pelo tema ou aumento da produção de pesquisas científicas. O gráfico 8 evidencia que, a primeira legislação voltada para a acessibilidade para PCD foi desenvolvida em 1985, destacando-se um período de quase 15 (quinze) anos sem a criação instrumentos jurídicos que contemplassem o tema. Em seguida, tem-se os anos de 1999 e 2000 com o desenvolvimento de uma legislação em cada ano.

Ressalta-se que, até o ano 2000, não há registros de trabalhos encontrados. Somente em 2001, de acordo com a base de dados *Scielo*, é que é encontrado o primeiro trabalho, seguido de 2002, também com um trabalho, em ambos os anos, não houve legislações que discutiam a acessibilidade para deficientes.

Dos anos de 2003 a 2007, pode-se dizer que esse período foi marcado pela implementação e regulamentação de legislações que defendiam o direito a acessibilidade para PCD. Teve-se nesse período a criação de uma legislação por ano, porém, o quantitativo de trabalhos encontrados na pesquisa durante esse período foi 0 (zero). No entanto, a partir de 2006, tem-se um aumento considerável seguido de oscilações estendendo-se até o ano de 2014 com variações de 2 a 6 trabalhos por ano. No que diz respeito as legislações, os anos de 2008, 2010, e de 2012 a 2014 não foram localizados legislações que tratassem do tema.

Por fim, o ano de 2015 demonstra um alto interesse acerca do assunto e um quantitativo acima da média na produção de trabalhos científicos. Por outro lado, há apenas o registro de uma legislação no referido ano. Tal índice explicitado no gráfico 3 demonstra que a quantidade de legislações que tratam da acessibilidade para PCD não parece interferir na quantidade de pesquisas acadêmicas, tendo em vista que, em alguns períodos a quantidade de trabalhos produzidos é razoável, mesmo sem registros de legislações

4.2.2 Análise das Conclusões dos Trabalhos Encontrados

Nesta última seção, realizou-se a leitura das conclusões dos trabalhos encontrados para a compreensão dos resultados obtidos acerca da acessibilidade para deficientes em órgãos públicos. Em seguida, será explicado o ponto de vista dos trabalhos utilizados no presente estudo, para assim descrever a situação percebida através destes, da acessibilidade para PCD nos últimos anos.

Vale ressaltar, que ao longo dos anos, teve-se um aumento no número de PCD, e que junto com esse aumento, houve também uma ampliação na quantidade de ferramentas jurídicas a fim de assegurar o direito dessa população. Porém, mesmo com essa ênfase no tema, a conscientização e cumprimento da legislação por parte da população geral não condiz com as necessidades das PCD.

Assim, constatou-se através das conclusões dos trabalhos encontrados que, grande parte deles conclui que a acessibilidade para com os deficientes em órgãos públicos se encontra em situação preocupante, e que em muitos casos a acessibilidade para PCD é tratada com negligência por parte da população e poder público, o que certamente acaba excluindo essas pessoas do meio social.

Assim sendo, observou-se nos trabalhos que, alguns autores citam a necessidade de mudanças e melhoria da acessibilidade na área da saúde, como aborda os autores Amaral et al. (2012) e Girondi e Santos (2011); já outros trazem a discussão do problema na área da educação, como por exemplo Corrêa e Manzini (2012) e Oliveira (2013); e há também os que discutem o tema nos espaços públicos, como Machado e Lima (2015) e Pereira et al. (2011).

Notou-se ainda que, as pesquisas trazem diversas dificuldades do cotidiano enfrentadas pelas PCD, são elas: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, urbanísticas, de transporte e comportamentais, exclusão social, acessibilidade digital para cegos ou surdos, entre outros. Portanto, ficou visível que, devido à falta de fiscalização e não cumprimento de requisitos mínimos, a acessibilidade nos ambientes públicos carece de mais atenção voltada para a reeducação e conscientização, tanto da população quanto das entidades públicas, para minimização e eliminação dos problemas acerca do tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada neste trabalho foi analisar como se caracterizam as pesquisas científicas publicadas no Portal Scielo, que tratam do tema acessibilidade para pessoa com deficiência em órgãos públicos. Vale ressaltar que, o presente trabalho deve ser compreendido e utilizado como base complementar para futuras pesquisas acadêmicas relacionadas à acessibilidade para PCD. Assim sendo, trata-se de um trabalho que deve estar em constante construção de modo que complemente pensamentos de diversos autores.

Utilizou-se para esta revisão uma única base dados, o portal *Scientific Electronic Library Online*– Scielo. No entanto, sabe-se da existência de outras bases de dados como: Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDDT); Periódico CAPES; *Web of Science*; entre outras, ressalta-se que a base de dados utilizada na revisão possibilitou encontrar diversas informações necessárias para a realização da pesquisa sem a necessidade de inserção de outras. No entanto, fica em aberto a possibilidade da realização de novas pesquisas ou a ampliação desta através de outras fontes, agregando e dando continuidade a linha de pensamento desse conhecimento ou mesmo questionando-nos.

Contudo, o presente estudo possibilitou a compreensão e visualização da trajetória e desenvolvimento de ações, políticas e pesquisas acadêmicas relacionadas ao tema Acessibilidade para Pessoa com Deficiência em Órgãos Públicos. Ressalta-se que, apesar de 1985 ter sido o ano de criação da lei Nº 7.405 de 12 novembro de 1985, vale lembrar que nas décadas anteriores já havia indícios de movimentos voltados para a acessibilidade para PCD.

Nota-se que, a partir do ano de 1999, no qual o modelo de gestão pública era caracterizado pela Nova Administração que trás propostas sobre equidade com um foco maior no cidadão, respeitando os direitos da população, ou seja, um Estado que tenta ser transparente e participativo na sociedade. Observou-se que, com base na pesquisa uma

elevação na quantidade de leis direcionadas a acessibilidade para pessoas com deficiência. Logo depois, no ano 2000, começa a surgir um maior volume de publicações científicas com maior ênfase neste tema.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em apenas uma base dados, pode-se dizer que a finalidade do trabalho que consiste na caracterização da acessibilidade para pessoas com deficiência em órgãos públicos foi atingida. O contexto aqui apresentado nos dá uma noção e entendimento do percurso feito pela acessibilidade para deficientes em órgãos públicos. Destaca-se que, dentre os termos mais evidenciados nas pesquisas, encontra-se educação com uma quantidade expressiva, e também saúde que aparece de forma mais modesta. Notou-se ainda que, muitos dos trabalhos encontrados fazem a avaliação da acessibilidade em ambientes públicos e também críticas relacionadas ao tema.

Foi possível perceber que a grande maioria dos órgãos públicos não está em sua totalidade adaptados de forma adequada, quando se tratando de acessibilidade. É importante que haja uma reestruturação nesses espaços públicos com objetivo de corrigir e melhorar todas as falhas que venham trazer mais dificuldades para pessoas com deficiências, e conseqüentemente diminuindo as barreiras enfrentadas pelas PCD, garantindo e proporcionando uma expectativa de vida melhor para aqueles que dependem que essas mudanças sejam realmente aplicadas no dia-a-dia.

Ressalta-se ainda que, a acessibilidade para PCD em seu contexto, mesmo com o grande quantitativo de trabalhos nas áreas da educação e saúde, deixa a desejar também em outras áreas como transporte, lazer, esporte, cultura, etc. Em sua totalidade, a acessibilidade tem sido motivo de discussões e debates em todas as partes do país, e que sua real situação no cotidiano é considerada precária, conforme observado por Barbosa (2016) e Machado e Lima (2015), e que a acessibilidade em ambientes públicos não é tratada de forma inclusiva e equitativa, não atendendo os requisitos de acessibilidade para deficientes que são obrigatórios por lei como evidencia Oliveira (2013) e Lazzarin e Sousa (2015).

Contudo, este trabalho junto com ações governamentais voltadas para a acessibilidade para deficientes, se faz necessário para o aprofundamento da discussão e conscientização social no que diz respeito aos direitos das PCD. Acredita-se que, além das políticas públicas, a educação também seja uma ferramenta para eliminar a discriminação das pessoas com deficiência em órgãos públicos e demais meios sociais.

Portanto, é imprescindível promover à acessibilidade por todas as pessoas e em especial as que possuem limitações físicas, visuais, auditivas ou mentais. No entanto, de acordo com a realidade atual, as estruturas físicas nos órgãos públicos ainda se encontram em condições que carecem de mais atenção e fiscalização. Contudo, há a necessidade de uma observação maior e mais detalhada das ferramentas públicas que garantem o direito de ir e vir das PCD, possibilitando assim uma provável mudança desse cenário.

REFERÊNCIAS

- ACESSIBITECA, 2016. **História da acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.acessibiteca.uff.br/?p=1011>>. Acesso em: 25 out 2016.
- AMARAL F. L. J. dos S. et al. **Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(11):2991-3001, 2012
- ASSIS, M. M. A; JESUS, W. L. A. de. **Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise**. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(11):2865-2875, 2012.
- BARBASTEFANO, P. S; GIRIANELLI, V. R; VARGENS, O. M. da C. **O acesso à assistência ao parto para parturientes adolescentes nas maternidades da rede SUS**. *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre (RS) 2010 dez;31(4):708-14.
- BARBOSA, A.S. **Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs**. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2016 jan./abr., 8(1), 142-154.
- BONELLO, A. A. de L. M; CORRÊA, C. R. S. **Acesso aos serviços básicos de saúde e fatores associados: estudo de base populacional**. Rio de Janeiro: *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11):4397-4406, 2014.
- BOTELHO, L. R; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais**. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.
- BRASIL, 2008. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade** — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 264 p. : 21 cm. Disponível em: <http://portal.crfsp.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado_de_legislacoes.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.
- BRASIL, 2012. Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência**. 1º edição BRASÍLIA 2012.
- BRASIL, 2013. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação; n. 76). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BRASIL, 2015. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.
- BRASIL, 2016. **Acessibilidade**. Secretária Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CASTRO, A. A. **Curso de revisão sistemática e metanálise**. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP, 2006. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CORRÊA, P. M. **ACESSIBILIDADE: CONCEITOS E FORMAS DE GARANTIA**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.15, n.1, p.171-172, jan.-abr. 2009.

CORRÊA, P. M; MANZINI, E. J. **Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.2 p.213-230, Abr.-Jun., 2012.

CUNHA, A. B. O; SILVA, L. M. V.-da-. **Acessibilidade aos serviços de saúde em um município do Estado da Bahia, Brasil, em gestão plena do sistema**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 26(4):725-737, abr, 2010.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública** / Robert B. Denhardt; tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

ELY, V. H. M. B; SILVA, C. S. da. Unidades habitacionais hoteleiras na Ilha de Santa Catarina: **um estudo sobre acessibilidade espacial**. Florianópolis: Produção, v. 19, n. 3, set./dez. 2009, p. 489-501

EXAME.COM, 2017. **Acessibilidade é desafio para deficientes em todo o país**. Disponível em: <exame.abril.com.br/brasil/acessibilidade-e-desafio-para-deficientes-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 09 jan. 2017.

FERREIRA, P. L; 2005. **ESTATÍSTICA DESCRITIVA E INFERENCIAL**. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9961/1/AP200501.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

GASPAROTO, M. C; ALPINO, Â. M. S. **Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.2, p. 337-354, Abr.-Jun., 2012.

GIRONDI, J. B. R; SANTOS, S. M. A. dos. **DEFICIÊNCIA FÍSICA EM IDOSOS E ACESSIBILIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: revisão integrativa da literatura**. Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2011 jun;32(2):378-84.

GONZALEZ, N; MATTOS, S. **O que é acessibilidade**. Instituto Novo Ser. Disponível em: <http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016

GOOGLE, 2016. Termo da pesquisa: **Acessibilidade para deficientes**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/trends/explore?date=all&q=acessibilidade%20para%20deficientes>>. Acesso em: 03 out. 2016.

LAZZARIN, F.A; SOUSA, M. R. F. de. **Aspectos que interferem no acesso informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.1, p.75-91, jan./mar. 2015.

MACHADO, M. H; LIMA, J. P. **Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG)**. urbe. Revista

Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2015 set./dez., 7(3), 368-382.

MAIOR, I. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência.**

Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>>.

Acesso em: 21 fev. 2017.

MANZINI, E. J. (Org.) **Inclusão e Acessibilidade.** Marília: ABPEE, 2006.

MELO, F. R. L. V. de; PEREIRA, A. P. M. **Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Física: Visão dos Professores Acerca da Colaboração do Fisioterapeuta.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.1, p. 93-106, Jan.- Mar., 2013.

OLIVEIRA, C. B. de. **Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out.-dez. 2013.

OLIVEIRA, L. G. de; NAPPO, S. A. Crack na cidade de São Paulo: **acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso.** São Paulo: Rev Psiq Clín. 2008; 35(6):212-8.

PAGLIUCA, L. M. F; ARAGÃO, A. E. de A; ALMEIDA, P. C. **Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará.** São Paulo: Rev Esc Enferm USP 2007; 41(4):581-8.

PEREIRA, L. M. F. et al. **Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário.** Fisioter. Mov., Curitiba, v. 24, n. 2, p. 299-306, abr./jun. 2011.

PLETSCH, M. D. **deficiência múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem.** cadernos de pesquisa v.45 n.155 p.12-29 jan./mar. 2015.

PRIBERAM, 2016. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: **Acessibilidade.** Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/acessibilidade>>. Acesso em: 09 set. 2016.

RAMOS, A. de C. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, M. A. dos. **Qualidade, diversidade e acessibilidade do conhecimento científico.** Ribeirão Preto (SP): Revista Paideia, 2008.

SCIELO, 2016. *Scientific Eletronic Library Online* – Scielo. Disponível em:

<<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, R. L. da; RUE, L. A. de la. **A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência.** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(2):315-336, mar./abr. 2015

TADA, I. N. C. et al. **Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Jan-Mar 2012, Vol. 28 n. 1, pp. 65-69.

VASCONCELOS, L. R; PAGLIUCA L. M. F. **Mapeamento da Acessibilidade do Portador de Limitação Física a Serviços Básicos de Saúde.** Esc Anna Nery R Enferm 2006 dez; 10 (3): 494 - 500.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 () Monografia
 (X) Artigo

Eu, Maxson de Sousa Silva, doutor José Luiz Sousa,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Acessibilidade em Órgãos Públicos: Uma Revisão Integrativa das Pesquisas
Científicas Publicadas no Portal SCIELO
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 01 de Março de 2017.

Maxson de Sousa Silva
Assinatura

José Luiz Sousa
Assinatura